

**CHOQUES NA FRONTEIRA: VIAJANTES BRASILEIROS E ARGENTINOS  
NO ALTO URUGUAI E NO ALTO PARANÁ (1889-1894)**

**CLASHES IN THE BORDER: THE MAKING OF THE BORDERLANDS  
BETWEEN BRAZIL AND ARGENTINA (1889-1894)**

**CHOQUE EN LA FRONTERA: VIAJEROS BRASILEÑOS Y ARGENTINOS  
POR EL ALTO URUGUAY Y ALTO PARANÁ (1889-1894)**

**Bruno Pereira de Lima Aranha<sup>i</sup>**

**Resumo:** Este estudo consiste numa proposta de análise de relatos realizados por viajantes argentinos e brasileiros que se dirigiram à fronteira Brasil-Argentina e publicaram textos sobre a região entre 1889 e 1894. Através desses relatos, o intuito é desenvolver uma maior compreensão sobre a visão que seus autores tinham acerca dessa região de fronteira. Será dada especial atenção à incidência de fatores internos na formulação e execução da política externa brasileira, especialmente o que toca o tipo de regime prevalente, já que, naquele momento, estava ocorrendo a passagem da Monarquia para a República. Do lado argentino, serão analisadas as impressões que os agentes estatais deste país registraram sobre a presença brasileira no espaço fronteiriço.

**Palavras-chave:** Fronteira. Brasil-Argentina. Relações Internacionais.

**Abstract:** This study consists of a proposal for the analysis of travel writing made by Argentine and Brazilian travelers went to Brazil-Argentina border and published texts about this region between 1889 and 1894. Through these stories, we aim to develop a better understanding of the author comprehension of borderland. We will be give special attention to the incidence of internal factors in the formulation and execution of Brazilian foreign policy, especially regarding the prevailing type of regime since, the passage of Monarchy to Republic was taking place at that time. On the Argentine side, will analyze impressions registered by the state agents regarding the Brazilian presence at the border.

**Keywords:** Frontier. Brazil-Argentina. International Relations.

**Resumen:** Este estudio es una propuesta para analizar relatos de viajeros argentinos y brasileños que fueron a la frontera entre Brasil y Argentina y publicaron textos sobre la región entre 1889 y 1894. A través de estos informes, el objetivo es desarrollar una mayor comprensión de la opinión de que sus los autores tenían sobre esta región fronteriza. Se prestará especial atención a la incidencia de factores internos en la formulación y ejecución de la política exterior brasileña, especialmente con respecto al tipo de régimen vigente, ya que en ese momento se estaba produciendo el cambio de régimen de la Monarquía a la República. Del lado argentino, se analizarán las impresiones que los agentes estatales de este país registraron sobre la presencia brasileña en el espacio fronterizo.

**Palabras clave:** Frontera, Brasil-Argentina. Relaciones Internacionales.

## **A Fronteira Brasil-Argentina em meio à transição entre o Império e República**

Analisar o espaço fronteiro entre Brasil e Argentina resulta num problema chave para entender os fatores internos que influenciaram na política exterior brasileira em relação à Argentina entre o final do Império e o início do período republicano. Segundo Rúbem Miguel Perina, a política externa deve ser entendida como um conjunto de decisões e medidas tomadas pelo Estado, em resposta às demandas e determinantes internos e externos, com o objetivo de defender e promover os seus interesses no âmbito internacional. Esta afirmação deve ser complementada por outras duas: a política externa, como política pública, tende a legitimar e sustentar esses valores e interesses no interior do seu espaço nacional e, por outro lado, a sua concepção e implementação também atendem, juntamente com os interesses do Estado, à classe dirigente que circunstancialmente esteja no exercício do poder (PERINA, 1988).

Ocupar os espaços “vazios” internos do país era de fundamental importância para que o problema “externo” não resultasse em uma possível ameaça. Ou seja, tratava-se da possibilidade de um avanço das nações vizinhas sobre territórios que os republicanos defendiam que fossem essencialmente brasileiros. Os limites entre Brasil e Argentina ainda não estavam definidos durante o início da República brasileira.<sup>ii</sup> Portanto, para os militares, ocupar as vastas regiões do oeste da região sul do país, significava assegurar os interesses brasileiros ante uma possível cobiça argentina de querer dominar o território litigioso que era considerado de vital importância para o novo governo brasileiro.

## Área reivindicada pela Argentina, hoje parte do sudoeste do Paraná e do oeste de Santa Catarina



Fonte: [http://www.portaltcn.com.br/old/index.php?n=front\\_bra\\_arg](http://www.portaltcn.com.br/old/index.php?n=front_bra_arg) Acesso em 8 Ago. 2019.

Levando-se em conta os fatores internos que influenciaram na política exterior brasileira do período, cabe perguntar: quem eram esses jovens militares que sustentaram apoio ao novo governo Republicano?

Para responder a essa questão, é importante apontar para a existência da Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, então capital do país. Instituição criada em 1857, ainda no período imperial, passou a ser conhecida como “Tabernáculo da Ciência” nos anos que antecederam o início da República, justamente porque era nesse espaço que seus alunos tomavam contato com as ideias científicas de vanguarda, oriundas da Europa. Era um conjunto eclético de ideias científicas que iam do positivismo ao evolucionismo (ABREU, 1998, p. 71).

O diferencial desta escola residia na valorização do ideal meritocrático. Poderia ingressar nela, qualquer cidadão maior de 16 anos que sabia ler, escrever e efetuar as quatro operações. Isso já não ocorria nas outras escolas destinadas à “aristocracia de berço”, essa “sociedade de corte” (ELIAS, 1993) consistia em um modelo onde somente

peças com um grande capital social herdado poderia ter acesso às carreiras mais tradicionais, caso das faculdades de direito (ABREU, 1998, pp. 51-52).

A Escola Militar estava atrelada a um contexto não somente nacional, tratava-se de uma demanda global que tocava a modernização dos exércitos. Nesse aspecto, as funções técnicas como a do engenheiro, função que ganharia muito prestígio dentro do ambiente militar no final do século XIX, ganharam extrema importância no período. A problemática de demarcação de fronteiras, atividade importantíssima para os Estados modernos da época, estava ligada diretamente à atuação dos engenheiros militares (ABREU, 1998, p. 92).

No entanto, essa era uma área rejeitada pelos bacharéis em direito, mas que poderia ser preenchida por pessoas que não possuíssem origem nobre. Muitos alunos da Escola Militar eram oriundos do interior do país e enxergavam a Instituição como uma maneira de alcançar algum tipo de inserção ou alguma oportunidade de conquistar um trabalho de relevância na capital. Isso tampouco significava que estavam inseridos efetivamente na elite militar que estava descontente com o Império. O que cabe salientar é o fato de ter sido um grupo que deu forte sustentação ao processo que culminou com a queda do imperador e com a consequente Proclamação da República. Esses jovens militares se encarregariam de dar prosseguimento à tarefa de avançar efetivamente as fronteiras do Estado brasileiro. No caso deste artigo, enfocaremos a questão referente à fronteira com a Argentina, localizada no que é hoje a parte oeste dos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e a província argentina de Misiones.

### **A Fronteira no Alto Paraná**

No fim do século XIX, em meio à transição entre Monarquia e República, várias expedições e viagens foram patrocinadas pelo governo brasileiro, em busca de maiores informações e relatos sobre essa área de fronteira, ainda pouco explorada, e que, de acordo com a mentalidade da época, era passível de desenvolvimento econômico. As extensas áreas dotadas de erva-mate, a paisagem natural e uma vasta área apta para a colonização chamaram a atenção desses viajantes, conforme seus relatos nos mostram. Dentro da variada gama de relatos dos viajantes que se dirigiram para o território litigioso entre Brasil e Argentina, selecionamos para análise, o relato do militar José Maria de Brito, intitulado *Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da Colônia Militar*.

O militar era natural do estado do Piauí, mudou-se para a capital do país com o intuito de estudar na Escola Militar da Praia Vermelha, o que influenciou diretamente em sua adesão à causa republicana. Foi membro da Comissão Estratégica de Guarapuava, criada em 1888 pelo Ministério da Guerra do Império com a finalidade de ocupar a região de fronteira com a Argentina. Essa Comissão foi responsável por fundar a Colônia Militar do Iguazu em 1889, localizada entre os rio Iguazu e Paraná, na fronteira com a Argentina e com o Paraguai. Cabe salientar que na área onde o Iguazu desemboca no Paraná -por isso o nome Foz do Iguazu- a fronteira já estava delimitada. A área que era objeto de litígio, situava-se a 80 km a leste de colônia.

Outro ponto importante a enfatizar é que o relato se trata de uma memória póstuma sobre os fatos relatados. Embora fosse lançado pela primeira vez em 1938, ainda carregava um teor altamente influenciado pelo contexto do final do século XIX. O autor teceu pesadas críticas à Monarquia e exaltou o “dever republicano” de ocupar a fronteira com a Argentina. Para ele, tratava-se de uma nova política exterior que corrigiria os erros do governo anterior.

O fato de utilizar o termo “descoberta” no título da obra denota o quanto acreditava estar fazendo um tipo de releitura do colonialismo e dos “descobrimientos” dentro do contexto do século XIX, seria uma espécie de colonialismo interno praticado pelas novas nações americanas que buscavam integrar os seus cantos recônditos de fronteira ao sistema capitalista, o que pode estar associado à própria expansão do capitalismo e do neocolonialismo praticado pelas nações europeias na África e na Ásia.

Brito se autodenominava como um dos “descobridores” da região. Projetava uma centralidade -baseada no Rio de Janeiro- em relação a uma periferia -região de Iguazu- a ser conquistada de maneira efetiva pelo Estado brasileiro. Se o projeto imperial havia cessado, caberia ao governo republicano levar adiante tal empreitada:

Depois (...) da *descoberta*<sup>iii</sup> e fundação da Colônia Militar da Foz do Iguazu, é tempo de escrevermos algo sobre estes acontecimentos (...). O principal móvel que me anima o sentimento, publicando este trabalho não é outro senão o de prestar mais um serviço ao meu país (...) (BRITO, 2005, pp. 23-24)

O primeiro capítulo, intitulado *A Fronteira no fim do Império*, faz uma contextualização da área fronteiriça nos momentos prévios à expedição. Se o título já denota o quanto o fim da Monarquia estava próximo, a tônica principal do texto vai no sentido de atribuir aos militares republicanos o papel de levar adiante o projeto de ocupar a fronteira e fazer

frente à Argentina “por ser um ponto estratégico (...) bem como a fundação de uma Colônia Militar e a construção de um forte, com capacidade suficiente para opor obstáculos a nações estrangeiras que (...) tentassem invadir o nosso território” (BRITO, 2005, p. 29).

Na visão do autor, essa era uma preocupação exclusiva do Ministério da Guerra, e não necessariamente do governo imperial. Eram os militares que pressionavam o imperador a desenvolver políticas em relação à fronteira: “(...) cogitavam de influenciar junto ao Governo Imperial, para fazer estacionar uma flotilha da Marinha Nacional, nas águas brasileiras, no Majestoso Paraná, a fim de melhor fiscalizar os interesses brasileiros na região” (BRITO, 2005, p. 29).

Não obtendo êxito nessa questão, o próprio imperador foi alvo de críticas por parte dos militares, conforme aponta Brito: “(...) Pedro II (...) e especialmente a malfadada política, protelaram a ideia nascente até cair no esquecimento (...) a ideia da descoberta da Foz do Iguaçu continuou de lado; desapareceu mesmo das conversas usuais” (BRITO, 2005, pp. 29-30 e 34).

Há que aclarar, uma vez mais, que o relato foi escrito tempo após a queda da Monarquia, portanto, era um espaço livre para o autor legitimar historicamente o golpe que findou o Império e estabeleceu a República. Essa é a tônica de todo o primeiro capítulo da obra. É somente a partir do capítulo seguinte que Brito relata os acontecimentos da expedição da qual fez parte como sargento. Ainda assim, não deixou de tecer críticas ao império e enaltecer a República, que, segundo ele, foi a responsável por levar o progresso à região. É uma narrativa fortemente influenciada pelo positivismo característico da época e que influenciou a classe militar brasileira. O fato de destacar o tenente da expedição, José Joaquim Firmino, como um eficiente engenheiro, nos revela uma conotação simbólica de oposição entre a nova classe republicana, que seria vinculada ao progresso, e a antiga nobreza imperial dos bacharéis.

Em 7 meses conseguiu o intrépido tenente Firmino efetuar a descoberta de tão desejada quão necessária Foz do Iguaçu, que comodíssimo de uns e a política de outros não haviam permitido antes! (...) se este fato (ou descoberta) houvesse se realizado em outra época, quantos zeros acrescentar à direita do total supra? E por quantos meses seriam necessários multiplicar o número dos que foram empregados no grande feito? (...) não houve político que se interessasse pela descoberta da Foz do Iguaçu. Foi preciso a intervenção de oficiais do Exército, para se realizar o acontecimento que nos ocupamos! (...) César venceu em combates cruentos, com a espada em punho, ao passo que Firmino venceu em combates incruentos, com o instrumento de engenharia na mão, fato nobilitante (BRITO, 2005, pp. 48-49 e 55).

Vimos até agora como o contexto da ascensão dos militares provocou uma ruptura na política brasileira com a mudança do regime de governo. Através do relato de Brito, detectamos o discurso dos republicanos de menosprezar tudo o que era relacionado à Monarquia. O autor tinha a intenção de passar a mensagem de que foi somente com a República que foi possível ser iniciada uma política de efetiva ocupação da fronteira. Tal afirmação não deixa de ser passível de uma análise mais crítica. Não é nossa preocupação se aprofundar nesse tema, no entanto, é importante aclarar, conforme já foi visto, que foi o Império que iniciou tal política através da implementação das colônias militares por toda a fronteira oeste brasileira, incluindo as quatro que foram construídas junto à fronteira com a Argentina.<sup>iv</sup>

Realocando a nossa análise para o projeto nacional argentino, Juan Bautista Ambrosetti foi um dos viajantes enviados pelo governo de Buenos Aires para o espaço fronteiriço. As motivações das expedições eram similares às do lado brasileiro, já que, questões ligadas à ocupação, o povoamento e à questão geopolítica são latentes no relato do argentino. Ele realizou três expedições para a região. Quando esteve no Alto Paraná, apontou para a questão que apontava a carência de ocupação humana por parte do Estado argentino. Para ele, o Brasil estaria à frente na corrida pelo processo civilizatório, são essas as impressões que registra no momento da sua chegada à Colônia Militar do Iguazu:

*En la Colonia se notaba bastante movimiento. Aquel Pueblo formándose en medio de la selva virgen tenía algo de norte-americano. Por todas partes el sonido seco del hacha al herir los árboles, el ruido terpitante finalizado con el golpe rudo junto con la quebrazon de ramas de estos al caer, semejante á una fuerte detonación, los gritos de trunfo de los hacheros, el chisporroteo de los rozados al arder, semejante á un fuerte tiroteo entre espesas columnas de humo y al lado de eso, las sierras, martillos, etc., funcionando en la construcción de los ranchos, y el chillido de las alzaprimas tiradas por bueyes transportando madera, llenaba de animación en la construcción de los ranchos(...)*  
*Ese espectáculo era muy bello para que no dejase de mortificarme al compararlo con el otro salvaje que ofrecia la costa Argentina del otro lado del Iguazú, cuando un poco de buena voluntad de parte del Gobierno Nacional podria hacerse en muy poco tempo lo mismo y más (AMBROSETTI, 1894, pp. 133-134).*

No rio Paraná, a costa argentina ainda considerada como bárbara e atrasada pelo viajante, urgia pelo processo civilizador, e Ambrosetti cobrava medidas por parte de seu governo. Se pelo lado brasileiro da fronteira o Estado já se fazia presente, no lado argentino a falta de presença estatal chamou a atenção do viajante.

O fato de existir uma colônia militar no lado brasileiro da fronteira no Alto Paraná em contraste com o lado argentino, sem ocupação, alertava o viajante para uma situação desvantajosa no caso de um conflito armado com o país vizinho: “*Si mañana ó pasado,*

*cosa que no debemos desear, la fatalidad nos impele é una guerra internacional con nuestros vecinos ¿para qué nos servirán nuestros soldados cuando tengan que batirse en terrenos que no conozcan?” (AMBROSETTI, 1894, p. 110).*

Convém assinalar que, provavelmente, o olhar do viajante estava influenciado pela conjuntura da Guerra da Tríplice Aliança. Embora tenham sido aliados no conflito contra o Paraguai, o contexto do pós-guerra caminhava em uma direção que colocava Brasil e Argentina com aspirações antagônicas na região do Prata. Alguns anos antes de Ambrosetti escrever seus relatos sobre Misiones, o presidente argentino Julio Roca considerava inevitável uma guerra com o Brasil devido a uma contraposição de interesses entre ambos os países. Do lado brasileiro, o Barão de Cotegipe, importante figura política do Império Brasileiro, defendia a necessidade de uma “paz armada” em meio ao fervor da imprensa brasileira que acreditava em uma iminente guerra (ZUCCARINO, 2014, p. 17).

No entanto, ao mesmo tempo em que o vizinho era um possível inimigo, era também um exemplo a ser seguido. Para Ambrosetti, as autoridades de Buenos Aires deveriam tomar nota das informações a respeito das colônias militares brasileiras e realizar o mesmo processo no lado argentino:

*En ambos rios, una colonia militar dotada de amplias franquias al principio, absorberían las poblaciones cercanas (...)  
Con poco trabajo y empleando los soldados como hacen los brasileiros, se mantendrían limpias las picadas y se abrirían otras nuevas, más racionales buscando desvíos y evitando los altos cerros, para transformarlas en carreteras, cosa que creo posible (...)  
Me consideraría feliz si estas indicaciones prácticas y sujeridas nada más que por el simple deseo de servir á la patria; fuesen leidas y tomadas en consideración...  
(AMBROSETTI, 1894, pp. 111-112)*

A ameaça da expansão da “*gran República Brasileira*” é constantemente evidenciada pelo viajante argentino. Uma das preocupações registradas em seu relato refere-se à expansão da influência do idioma português pelo lado argentino. Segundo o viajante, tal fato não se restringia apenas à área de fronteira. San Ignacio, na parte ocidental de Misiones, é descrita como uma localidade onde impera o idioma português:

*En San Ignacio casi no se habla más que el portugués, la mayor parte de los pobladores son brasileiros y por eso en casa de don Marcelino no se oía sino ese idioma (...)]  
El portugués se impone por la masa de población brasileira que lo habla, y como los argentinos que allí viven pertenecen en su mayor parte a la provincia de Corrientes, y por lo tanto son poco versados en el español, a causa del guaraní, prefieren aprender mal el portugués que es el único idioma con el que pueden hacerse entender con quienes tienen que estar en contacto (AMBROSETTI, 2008, p. 75).*

## A Fronteira no Alto Uruguai

Passemos agora a nossa análise para a região do Alto Uruguai. A fronteira política entre os dois países nessa região já representava uma fronteira consolidada desde a assinatura do Tratado de Madri em 1750, que assinalava que o rio Uruguai demarcava primeiramente a fronteira entre os domínios de Espanha e Portugal, e mais tarde entre Argentina e Brasil. Não havia, portanto, litígio de fronteira nessa região quando Ambrosetti a visitou pela primeira vez, mas a questão militarista presente no lado brasileiro chamou bastante a sua atenção no momento de sua chegada à cidade gaúcha de Uruguaiana:

*Uruguayana, como todas las ciudades brasileiras, tiene un tinte sui-géneris (...) tiene algunos edificios notables, como la Municipalidad, el gran cuartel que se halla en los suburbios (...) no se veían sino aprestos militares. Allí están siempre de guarnición un regimiento de infantería y otro de caballería... (AMBROSETTI, 1892, p. 8)*

Tal aspecto continuou chamando a atenção do viajante no decorrer de sua visita às demais localidades gaúchas que margeiam o rio Uruguai. Assim registrou durante a sua estada em Itaqui e São Borja:

*(...) llegamos al pueblo brasileiro de Ytaqui; lo que llama en él la atención, es el gran arsenal y la escuadra brasilera que se halla allí fondeada. (...) y al otro día de mañana anclamos en San Borja (...) En San Borja hay también otro gran cuartel como el de Uruguayana, teniendo de guarnición un regimiento de caballería (AMBROSETTI, 1892, p. 9).*

Para além das cidades militarizadas, havia a questão da Colônia Militar do Alto Uruguai, cuja finalidade era a de guardar a fronteira brasileira nessa região, uma localidade dedicada exclusivamente para este fim. Não é de se surpreender que o viajante tenha reservado todo um capítulo intitulado *La Colonia Militar* para descrever a colônia militar com dados minuciosos a respeito de sua localização, organização e ocupação. Tratava-se de informações preciosas no que tocava à geopolítica e que deviam ser endereçadas às autoridades de Buenos Aires, no sentido de alertá-las ante o expansionismo brasileiro na região. A colônia não se localizava exatamente às margens do Uruguai, localizava-se mais ao interior, sendo conectada até o rio por uma picada, caminho este descrito pelo viajante com uma ênfase no que toca à organização e zelo por parte das autoridades militares brasileiras.

*La region del monte cerrado, impenetrable, empieza allí para concluir en el Uruguay y teníamos que atravesarla por la picada, carretera de nueve leguas de 60 cuadradas cada una y de un ancho de 12 metros.*

*Fue abierta por los ingenieros militares del ejército brasileiro y el gobierno tiene votada una suma anual para su compostura y limpieza, así es que en todo tiempo es transitable. (AMBROSETTI, 1892, p. 62)*

As notas relativas à posição defensiva da colônia registravam informações a respeito da dificuldade de se atacar a localidade, que contava com um sistema natural de defesa que dificultaria qualquer eventual ataque por parte da Argentina:

*(...) llegamos á los Apretados, siendo ya de dia. Es un lugar único en su género; para comprenderlo bien, es necesario compararlo á un inmenso terraplan de mas de 100 metros y con caídas á uno y otro lado, sumamente grandes y rápidas; esta obra de la naturaleza hace que en caso de cualquier evento la Colonia Militar está defendida por tierra ; con atajarla picada en este punto es imposible la entrada por allí (AMBROSETTI, 1892, p. 63).*

Ambrosetti não deixou de descrever o modo de vida dos colonos que residem na colônia militar, enfatizando o suporte dado pelo governo brasileiro no tocante ao uso da terra para fins agrícolas:

*El Gobierno se há reservado la propiedad de todos los terrenos del pueblo. Los colonos pueden gozarlos mientras viven en él (...) también se muestra muy protector de ellos; estos no solo tienen la tahona á su disposición sino también cuanta herramienta pueden necesitar, bueyes, útiles, carros, etc, y á los 3 años de estar establecidos, el título de propiedad de sus chacras para que no puedan ser molestados mas. Además los colonos tienen médico y botica gratis (...) (AMBROSETTI, 1892, pp. 64-65)*

Embora o viajante registrasse alguns aspectos da vida cotidiana da colônia, o que mais lhe chamou a atenção era o seu aspecto militar. No entanto, a postura militarista por parte da “República da Espada”, então vigente no Brasil, era motivo de críticas, já que, segundo ele, não havia nada a ser atacado na costa argentina que seguia deserta e sem povoamento.

Se por um lado, Ambrosetti assinala que um ataque por parte do Brasil seria desastroso para eles próprios - “*en caso de un conflicto sería para ellos como salir de la sarten para caer en el fuego*” (AMBROSETTI, 1892, p. 66) - o viajante deixar transparecer o fato da Argentina estar atrasada no processo de ocupação da fronteira no Alto Uruguai. O mérito dos brasileiros não era apenas o de guarnecer a fronteira, mas sim de ocupá-la com elementos nacionais:

*La Colonia Militar fué fundada por iniciativa del Baron del San Jacob, Coronel Diniz Dias, quien se empeño con el Gobierno Imperial, siendo decretada su fundacion en 1879. El fin de esta Colonia no fuè simplemente la Agricultura, sino mas bien politico bajo el punto de la Estrategia Militar, segun ellos, pero yo no veo qué importancia estratégica puede tener, cuando cerca no hay poblaciones, la Costa Argentina desierta é inaccesible (...)  
El único beneficio que reporta esa Colonia es empezar á poblar la región del Alto Uruguay, honor indiscutible que corresponde á los Brasileños; no por la prioridad, sino*

*por la forma que lo han hecho* (AMBROSETTI, Misiones Argentinas y Brasileras por el Alto Uruguay, 1892, pp. 65-66).

O geógrafo argentino Alfredo Bolsi nos mostra em números o que diz respeito a diferença demográfica entre os dois lados da fronteira no Alto Uruguai naquela altura. Enquanto todo o território argentino de Misiones não alcançava 35 mil indivíduos, apenas o Rio Grande do Sul já computava 170 mil habitantes (BOLSI, 1980, p. 137).

No caso argentino, a marcha do progresso rumo a um território de fronteira, obscuro e desconhecido conflitava com a seguinte situação: a falta de povoamento sedentário. O viajante considerava a ocupação desse território como uma necessidade de primeira ordem. Estabelecer núcleos urbanos era uma premissa essencial para se atingir o estágio da civilização.

Considerando a perspectiva positivista da época, a baixa densidade demográfica era vista como um empecilho para o progresso. Augusto Comte afirmava que em um ambiente com baixa densidade demográfica, não seria possível o desenvolvimento do intelecto ideal para o progresso. Uma região com população esparsa estaria condenada a uma “subalternidade primitiva”. O geógrafo alemão Friedrich Ratzel, partindo desse mesmo contexto positivista, afirmava que: “a densidade populacional produz não somente continuidade e certeza de um forte crescimento mas também um imediato progresso da civilização (...)” (GALETTI, 2000, pp. 58-59).

### **Algumas conclusões**

A questão geopolítica a respeito do alerta do avanço brasileiro unificava a visão de Ambrosetti a respeito das duas regiões visitadas. Do lado brasileiro, é notória a preocupação dos militares no que tocava um possível avanço argentino sobre um espaço considerado como parte da nação brasileira. Podemos demarcar, portanto, que a desconfiança era mútua de ambos os lados.

Os fatores internos do Brasil, relacionados à transição entre Monarquia e a República, apontam como o relato de Brito foi um espaço para demarcar a atuação dos novos detentores de poder. Ocupar a fronteira seria um dever do novo governo republicano para fazer frente a um possível avanço argentino. Tarefa esta que, segundo os militares, não foi realizada com sucesso pela Monarquia.

A conquista da fronteira do Alto Paraná era uma questão ambígua para a Argentina, avançar selva adentro representava a conquista efetiva de um território

litigioso com o Brasil. No entanto, a legislação que Buenos Aires impunha sobre Misiones - no que tocava a exploração da erva mate - prejudicava o povoamento da região leste misionera, além de ir contra as prerrogativas de povoamento defendidas por Ambrosetti. As leis que proibiam o povoamento das áreas próximas aos ervais tiveram como consequência direta a perda do território litigioso para o Brasil. Isso explicaria o fato do presidente Cleveland ter usado a teoria do *Uti Possidetis* v para justificar a maior presença de brasileiros na zona litigiosa (AMABLE, 1989, p. 137) e ter arbitrado a favor do Brasil pouco tempo depois da passagem de Ambrosetti pela região.

### **Bibliografia**

- ABREU, Regina. *O enigma de Os Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte/Rocco: Funarte, 1998.
- AMABLE, María Angélica. *Historia de la Yerba Mate en Misiones*. Posadas: Ediciones Montoya, 1989.
- AMBROSETTI, Juan Bautista. *Misiones Argentinas y Brasileras por el Alto Uruguay*. La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892.
- AMBROSETTI, Juan Bautista. *Misiones - Segundo Viaje por el Alto Paraná é Iguazú*. Buenos Aires: Publicado en el Tomo XV del Boletín del Instituto Geográfico Argentino, 1894.
- AMBROSETTI, Juan Bautista. *Tercer Viaje a Misiones*. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008.
- BOLSI, Alfredo. El Primer Siglo de Economía Yerbatera. *Folia Historica del Nordeste*, Resistencia: Instituto de Investigaciones Geohistóricas (IIGHI). número 4. p. 119-182, 1980.
- BRITO, José Maria de. *Descoberta de Foz do Iguaçu e a fundação da Colônia Militar*. Foz do Iguaçu: Travessa dos Editores, 2005.
- ELIAS, Norbet. *O Processo Civilizador - Volume II - Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editó, 1993.

GALETTI, Lyllia da Silva Guedes. *Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso*. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social – FFLCH/USP, São Paulo, 2000.

PERINA, Rubén Miguel. El estudio de la política exterior y las relaciones internacionales. In: PERINA, Rubén Miguel & RUSSEL, Roberto (Orgs), *Argentina en el mundo (1973-1983)*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988, p. 11-18.

ZUCCARINO, Maximiliano. Competencia y rivalidad argentino-brasileña en el Paraguay tras la Guerra de la Triple Alianza. *Revista de História da UEG*. Morrinhos, v. 3. n. 2. p. 1-29, 2014.

---

<sup>i</sup> Doutorando em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), mestre em Integração da América Latina pelo PROLAM-Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP) Email: bruno.aranha@usp.br

<sup>ii</sup> Para resolver esse problema de litígio de fronteira, foi convocada uma arbitragem internacional sob o auspício do presidente dos Estados Unidos, Stephan Grover Cleveland, que arbitrou em favor do Brasil em 1895, estabelecendo assim a linha de fronteira que perdura até hoje.

<sup>iii</sup> Grifo nosso.

<sup>iv</sup> A fundação de colônias militares foi parte de um amplo projeto de ocupação da fronteira oeste, de modo que na década de 1850 foram criadas 21 colônias militares no Brasil, espalhadas do Rio Grande do Sul ao Pará. Na região sul - na parte limítrofe à Argentina - foram criadas as seguintes colônias militares: Chopim (1859), Alto Uruguai (1879), Chapecó (1882) e Iguazu (1889).

<sup>v</sup> *Uti Possidetis* é um princípio de direito internacional segundo o qual os que de fato ocupam um território possuem direito sobre este. A expressão advém da frase *uti possidetis, ita possideatis*, que significa "como possuís, assim possuís". Proveniente do direito romano, o princípio autoriza uma parte a contestar e reivindicar um território.